

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A ATMA Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores do Brasil (“B3”), classificada na categoria Novo Mercado de Governança Corporativa, com ações negociadas sob o código **ATMP3**. A sede social da Companhia está localizada na Rua Alegria, 88/96, 2º andar, Parte A, bairro Brás, na Capital do Estado de São Paulo.

A ATMA Participações S.A., (descrita adiante como “ATMA”, “controladora” ou “Companhia”) é a empresa holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de (i) Manutenção Industrial e *Facilities*, (ii) Atendimento a Clientes (*contact center e trade marketing*) e (iii) Tecnologia da Informação.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia contava com aproximadamente 29.000 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil, propiciando um ambiente de trabalho favorável ao crescimento profissional e à diversidade, sendo um dos seus principais pilares a inclusão e a responsabilidade social.

O quadro a seguir apresenta as participações societárias da Companhia nas suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Controladas	% Participação direta ou indireta	
	2021	2020
Liq Corp S.A.	100%	100%
Contax Argentina	-	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
ATMA Administração Financeira Ltda.	100%	100%

Em relação à performance operacional em 2020, a Companhia reverteu o histórico de rentabilidade negativa apresentando margem bruta positiva, com melhora constante ao longo dos trimestres do ano. Essa melhora no resultado operacional ocorreu em função do crescimento de receita nos principais negócios, em conjunto com uma gestão mais eficiente nos custos e despesas, que foram reduzidos mesmo com o crescimento apresentado pela Companhia e pelos efeitos da pandemia Covid-19. Adicionalmente, a capitalização ocorrida com a integração de negócios da ETS e com a reestruturação de sua dívida financeira, a qual parte já foi convertida em ações na primeira janela de conversão, melhorou a estrutura de capital da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 2021, a ATMA consolidou a expansão de seus negócios, com o crescimento esperado de sua receita e dando continuidade às iniciativas de eficiência e redução de custos iniciadas em 2020, assim como a intensificação da transformação digital em seus negócios, com ações como a parceria firmada com a Google. Além disso, a estrutura de capital da Companhia ficou ainda mais robusta à medida que novos credores converteram suas debêntures em ações, conforme as janelas de conversão realizadas em março, junho, setembro e dezembro de 2021.

1.1. Integração de negócios - ETS Participações

Em 2019 o Fundo de Investimento em Participações Nilai - Multiestratégia ("FIP Nilai") apresentou ao Conselho de Administração proposta de integração de negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. ("ETS"), a Companhia através de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 250.000, mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração ("Condições Suspensivas de Eficácia").

Em 30 de dezembro de 2019 a Companhia protocolou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro, conforme detalhado na Nota Nº 1.3. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva relativa à emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida financeira.

Em 06 de Janeiro de 2020 foi efetivada a integração dos negócios da ETS na Companhia através de aumento de capital no montante de R\$ 250.000.000, com a emissão de 20.644.095 novas ações ordinárias. A partir desta data a Companhia passou a exercer o controle das operações da ETS e de suas controladas relacionadas no quadro adiante:

ETS - relação de controladas em 06 de janeiro de 2020	Segmento	% Part.
Elfe Operação e Manutenção S.A.	Manutenção Industrial	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	Manutenção Industrial	100%
TMS - Trade Marketing Solutions Ltda.	Trade Marketing	100%
HTM - Trade Marketing e Serviços Eireli	Trade Marketing	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	Tecnologia	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	Tecnologia	100%
Avit Gestão S.A.	Gestão administrativa	100%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Apresenta-se a seguir a estrutura operacional da Companhia por empresas e linhas de negócio a partir de 06 de janeiro de 2020 com a integração das operações da ETS:



1.2. Incorporações de empresas - TMS, HTM, Avit e ETS

Com o objetivo de acelerar a captura de sinergias com as operações da ETS, bem como reduzir custos administrativos e fiscais, durante o exercício de 2020 foram realizadas as seguintes incorporações de controladas pelo valor contábil:

- Em 1º de abril de 2020 foi realizada a incorporação das controladas TMS e HTM pela **Liq Corp**, centralizando a prestação de serviços de *trade marketing* na operação de Atendimento a Clientes;
- Em 02 de abril de 2020, a controlada Avit foi incorporada pela **Elfe**. A Avit encontrava-se inativa e anteriormente prestava serviços de gestão administrativa à Elfe;
- Em 17 de dezembro de 2020 ocorreu a incorporação da controlada ETS pela **ATMA Participações**.

Como todas as incorporadas eram subsidiárias integrais, não houve qualquer alteração na estrutura patrimonial da Companhia.

1.3. Reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687-91.2019.8.26.0228. O Plano contemplou unicamente os credores financeiros e não envolveu seus fornecedores e seus colaboradores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O valor total do endividamento financeiro (denominado como “Créditos Abrangidos”) era de R\$ 1.265.541.751,63 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos).

As dívidas financeiras da ETS Participações e de suas controladas não fizeram parte do Plano.

O Plano compreendeu a emissão de novas debêntures (denominadas “7ª emissão”) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representaram as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures estão assim resumidas:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Conversível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 14 de julho de 2020 ocorreu a homologação pelo Poder Judiciário do Plano de Recuperação Extrajudicial do endividamento financeiro da Companhia e de sua controlada Liq Corp.

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, cujas condições permitem a conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

No entanto, em 14 de agosto de 2020 foi deferido pedido de efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial a pedido de um credor.

Em 27 de outubro de 2020 foi revogado o efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial, voltando a vigorar os efeitos da referida sentença proferida em 14 de julho de 2020. Dessa forma, a Companhia retomou o processo da 7ª emissão de debêntures para cumprimento do plano de recuperação extrajudicial, com a conclusão da troca das dívidas em 03 de dezembro de 2020 (Nota 16).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 03 de dezembro de 2020 foi concluída a troca das dívidas, momento em que as dívidas financeiras incluídas no Plano foram desreconhecidas para dar lugar à nova dívida da 7ª emissão, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS9) Instrumentos Financeiros.

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em 1.210.987 ações ordinárias da Companhia, primeira e segunda janelas de conversões, gerando um aumento de capital de R\$ 201.992.

Em 15 de março de 2021, seguindo o cronograma do Plano de Recuperação extrajudicial, ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.934.

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 315.974.

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 10.687.

Até o dia 31 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de ações em capital no montante de R\$ 548.587 decorrente das janelas de conversões previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial, através da conversão da 7ª emissão de debêntures em ações, sendo que o valor total da 7ª emissão de debêntures totalizava R\$ 1.254.759.

Em 15 de março de 2022 a Companhia, em cumprimento ao plano de recuperação extrajudicial, efetuou o pagamento da 1ª parcela, sendo ela composta pela 7ª emissão de debêntures na 1ª série e remanescentes do plano que optaram pelo recebimento.

A Administração considera que a situação patrimonial e financeira é um assunto relevante no contexto das demonstrações contábeis do Grupo ATMA.

Em 31 de dezembro de 2021 o prejuízo da Companhia foi de R\$ 148.038 (R\$ 214.692 em 31 de dezembro de 2020), no mesmo período de 2021 o capital circulante líquido (CCL) foi de R\$ 60.446 (R\$ 50.128 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$ 530.325 (R\$ 341.989 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

A melhora operacional da Companhia e a reestruturação da dívida financeira ocorridas nos últimos trimestres, resultado na redução do prejuízo contábil e melhora na alavancagem financeira, mostram que a Companhia vem revertendo um cenário até então adverso. Para o cenário de curto prazo, a ATMA e seus executivos seguirão com foco na melhoria de rentabilidade de suas operações através de (1) composição de carteira de clientes e serviços de maior retorno para a Companhia, (2) otimização de custos diretos e indiretos e (3) otimização de sua estrutura de despesas gerais e mão de obra indireta. No que se refere aos resultados financeiros, a Companhia seguirá trabalhando de forma conjunta com seus credores e investidores para promover o ajuste em sua estrutura de capital.

1.4. COVID - 19

Ao final do 1º trimestre de 2020 ficou de forma clara, relevante e definitiva a nova realidade advinda do COVID-19. O impacto dessa nova realidade trouxe desafios adicionais à nossa Companhia.

Os ajustes à nova realidade foram pontuais e concentrados. As atividades ligadas principalmente aos setores de Varejo (principalmente no *Trade Marketing*) foram reduzidas no 2º trimestre. Em CRM, a Companhia necessitou revisar todos seus processos operacionais, investir no enquadramento às novas regras de higienização e distanciamento social dentro dos *call centers*, implantação de infraestrutura para alocação de equipes em *home office*, fortalecer os sistema de monitoramento com estrutura médica mais robusta, limpeza técnica, dentre outros.

Em Manutenção Industrial houve reprogramação de serviços, e aqueles que estavam em fase inicial de implantação foram postergados para o 2º segundo semestre de 2020 e 1º trimestre de 2021.

Adicionalmente, as despesas de pessoal da Companhia foram ajustadas de forma a refletir as novas condições operacionais decorrentes da pandemia, tais como reduções de jornada de trabalho, suspensão (*layoff*) de contratos, liberação de pessoas em grupos de risco, dentre outros.

No ano de 2021 tivemos impactos principalmente no primeiro semestre, onde as ações de combate a COVID-19 foram tratadas de forma individual por cada governo estadual, o que gerou impactos semelhantes a 2020 em nossas operações, mas de forma pontual e não na mesma proporção.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Os impactos financeiros da pandemia no ano de 2021 estão demonstrados a seguir:

Rubrica	Impacto	Valor (em milhões R\$)
Receita	Redução na receita projetada do período	(12,43) MM
Custos e despesas	Aumento devido aos ajustes no quadro de pessoal e custos com adaptação dos locais de trabalho	(23,21)MM
Caixa e equivalentes	Dispêndio devido ao aumento de custos	(37,52) MM

2. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia. Foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 05 de abril de 2022 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas que envolvem incertezas:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral, através do preço de cotação em mercados ativos. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Dessa forma, considerando a reestruturação da dívida financeira finalizada em 2020, destacamos o passivo financeiro de debêntures da 7ª emissão cujo valor justo apurado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 108.027 (R\$ 113.266 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 16.1), sendo o seu valor contratual na mesma data de R\$ 720.520 (R\$ 1.068.781 em 31 de dezembro de 2020).

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 18). Provisões para riscos dessa natureza são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa do valor possa ser feita com relativa segurança.

Na avaliação de probabilidade é utilizado o conjunto de evidências disponível a ser aplicado aos processos, dentre os quais a hierarquia das leis, as jurisprudências atualizadas, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros devem ser avaliados periodicamente ou caso existam indícios de redução do seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, deduzido os custos de venda, e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível (i) à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados, e (ii) à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”) são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurado.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos são classificados como não circulantes. A análise é feita individualmente por controlada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais para a controladora e suas controladas Elfe e LIQ Corp no montante de R\$ 47.512 considerando as projeções de geração de lucro tributável futuro da controlada (Nota 15).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas e práticas contábeis

3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre as empresas que estão no perímetro de consolidação foram eliminados, bem como eventuais lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, estará destacada.

As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

O quadro a seguir apresenta a relação de empresas controladas direta ou indiretamente pela ATMA para os exercícios de 2021 e 2020:

Controladas	% Participação direta ou indireta	
	2021	2020
Liq Corp S.A.	100%	100%
Contax Argentina	-	100%
ETS Participações e Investimentos S.A. (*)	-	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	100%
TMS - Trade Marketing Solutions Ltda. (*)	-	100%
HTM - Trade Marketing e Serviços Eireli (*)	-	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
Avit Gestão S.A. (*)	-	100%
Atma Administração Financeira Ltda.	100%	100%

(*) Empresas extintas por incorporações de empresas em 2020. Ver Nota 1.2.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de
outra forma).**

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

3.2. Classificação de ativos e passivos

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);
- For mantido principalmente para negociação; ou
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera. Toda sua precificação é feita com base nesse ambiente econômico.

3.4. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou qualquer ajuste.

3.5. Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e demais recebíveis, debêntures e empréstimos, assim como contas a pagar e demais dívidas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros é feito apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos, sendo reconhecido pelo seu valor justo acrescido por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- **Custo amortizado:** para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

3.6. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução dessas tecnologias, podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de recuperabilidade através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

3.7. Ativo intangível

Os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios é realizada anualmente e considera premissas e julgamentos divulgados na Nota Explicativa nº 10. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados ajustes nos valores dos ágios registrados.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.9. Receita de vendas

As receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) - “Receita com Contratos de Clientes”, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Os custos incrementais com a implantação de novas operações são ativados e reconhecidos no resultado pelo prazo inicial de cada novo contrato.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços são faturados e/ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de atendimento, divididos entre:
 - (i) Telemarketing: receita auferida com base em tempo de conversação e/ou preço fixo por posição de atendimento (“PAs”) disponibilizada ao cliente e/ou por preço variável com base em metas acordadas com os clientes;
 - (ii) *Trade marketing*: receita reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV) e demais serviços de marketing e apoio ao negócio;
- Serviços de manutenção industrial e *facilities*: receita auferida com base no nível de serviço prestado e/ou preço fixo mensal.

3.10. Tributos sobre a receita

As receitas das controladas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% ou 1,65% para o PIS e 3,00% ou 7,60% para a COFINS;
- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas de 2% a 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta): incidência de 3,00% a 4,5% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

3.11. Custos e despesas

Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e atualização monetária de passivos financeiros.

3.13. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro ou prejuízo básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

3.14. Demonstração do valor adicionado

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Assim, seguindo as normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas informações individuais e consolidadas.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estava em vigor em 31 de dezembro de 2021:

- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis;
- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso;
- Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual;
- Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos bancários	25.064	52.544
Aplicações financeiras	1.844	1.359
	26.908	53.903

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem como política a alocação de disponibilidades de curto prazo em aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são concentradas em instituições financeiras de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes

5.1. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	194.859	205.023
(-) Ajuste a valor presente de clientes	-	(1.256)
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(6.744)	(4.191)
	188.115	199.576
Circulante	188.115	176.486
Não circulante	-	23.090

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
A faturar	101.530	107.337
A vencer	63.673	71.498
Vencidos até 30 dias	15.476	6.625
Vencidos de 31 a 60 dias	1.947	1.309
Vencidos de 61 a 90 dias	818	189
Vencidos de 91 a 180 dias	789	455
Vencidos acima de 180 dias (a)	10.626	16.354
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(6.744)	(4.191)
	188.115	199.576

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma incerteza de que a Companhia não irá receber todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.191)
Constituição de PECLD	(2.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(6.744)</u>

5.2. Contratos em garantia

O saldo do contas a receber da controlada Elfe apresenta um montante de R\$ 31.640 (R\$ 17.460 em 31 de dezembro de 2020) relativo às garantias contratuais de retenções ocorridas sobre os faturamentos de contratos de prestação de serviços com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. As retenções correspondem a até 5% do valor faturado. Esses valores têm previsão de atualização pelo INPC e serão restituídos em sua totalidade ao término de cada contrato após o cumprimento das obrigações contratuais.

6. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL a recuperar	32.778	21.529
PIS/COFINS a recuperar	17.308	6.467
INSS a recuperar	39.371	22.157
ISS a recuperar	14.768	7.715
Outros impostos	2.181	735
	<u>106.406</u>	<u>58.603</u>
Circulante	104.818	56.434
Não Circulante	1.588	2.169

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

7. Despesas antecipadas e demais ativos

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores	26.149	9.916
Adiantamentos a empregados	-	500
Créditos retidos por clientes (a)	48.811	25.644
Despesas antecipadas	12.161	12.805
Outros créditos	2.979	154
	90.100	49.019
Circulante	40.870	16.633
Não circulante	49.230	32.386

(a) Refere-se a valores retidos por clientes para cobrir despesas processuais de ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, onde nossos clientes figuram no polo passivo, até que ocorra o encerramento da demanda judicial. Valor está classificado no ativo não circulante.

8. Investimentos em controladas

8.1. Movimentação dos investimentos

Controladora	% Part.	31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial no Patr. líquido	31/12/2021
Investimento						
Liq Corp	100%	133.069	-	(84.377)	57	48.749
Elfe Manutenção	100%	43.841	23.000	(28.136)	-	38.705
		176.910	23.000	(112.513)	57	87.454
Ágio						
Liq Corp		74.365	-	-	-	74.365
Investimento total		251.275	23.000	(112.513)	57	161.819
Obrigações						
Atma Financeira	100%	-	10	(725)	-	(715)
Solvian Tecnologia	100%	(6.895)	-	2.250	(266)	(4.911)
Obrigações totais		(6.895)	10	1.525	(266)	(5.626)
Investimento e obrigações totais		244.380	23.010	(110.988)	(209)	156.193

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Controladora	% Part.	31/12/2019	Incorporação ETS	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial no Patr. líquido	31/12/2020
Investimento							
Liq Corp	100%	(932.655)	-	1.170.078	(97.966)	(11.170)	128.287
Elfe Manutenção	100%	-	43.841	-	-	-	43.841
ETS Participações	100%	-	28.639	-	(41.523)	12.884	-
		(932.655)	72.480	1.170.078	(139.489)	1.714	172.128
Ágio							
Liq Corp		74.365	-	-	-	-	74.365
Investimento total		(858.290)	72.480	1.170.078	(139.489)	1.714	246.493
Obrigações							
Solvian Tecnologia	100%	-	(2.113)	-	-	-	(2.113)
Obrigações totais		-	(2.113)	-	-	-	(2.113)
Investimento e obrigações totais		(858.290)	70.367	1.170.078	(139.489)	1.714	244.380

O aumento de capital na investida “ELFE” ocorreu mediante a conversão em capital de crédito detido pela acionista contra a Companhia através de Cessão de créditos e outras avenças firmado entre as partes.

8.2. Informações financeiras resumidas das controladas diretas:

	31/12/2021			
	Liq Corp	Elfe	Solvian	Atma Financeira
Ativo circulante	211.036	165.430	9.235	6.186
Ativo não circulante	1.082.495	280.370	9.451	173.465
Passivo circulante	575.123	230.719	6.072	10.058
Passivo não circulante	669.660	176.376	17.525	170.308
Patrimônio líquido	48.749	38.705	(4.911)	(715)
Receita líquida	737.702	307.560	3.014	-
Prejuízo do exercício	(84.377)	(28.136)	2.250	(725)

	31/12/2020		
	Liq Corp	Elfe	Solvian
Ativo circulante	223.377	171.631	453
Ativo não circulante	917.372	145.764	123
Passivo circulante	457.201	168.049	584
Passivo não circulante	555.261	105.505	2.105
Patrimônio líquido	128.287	43.841	(2.113)
Receita líquida	637.804	296.514	-
Prejuízo do exercício	(97.966)	(35.821)	(1.019)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

9. Imobilizado

	Consolidado			
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		3.919	-	3.919
Prédios	7,14%	7.558	(5.260)	2.298
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.721)	181
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(43.075)	5.169
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(42.292)	6.114
Máquinas e equipamentos	11,11%	50.339	(34.801)	15.538
Informática	25,00%	482.294	(481.636)	658
Veículos	20,00%	3.611	(3.587)	24
Móveis e utensílios	11,11%	165.556	(160.825)	4.731
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	309.334	(293.532)	15.802
Imobilizado Líquido		1.145.163	(1.090.729)	54.434

Consolidado						
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2020	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	31/12/2021
Terrenos		3.919	-	-	-	3.919
Prédios	7,14%	2.997	-	1	(700)	2.298
Equipamentos de transmissão	20,00%	325	-	2	(146)	181
Equipamentos de energia	6,67%	7.140	-	(814)	(1.157)	5.169
Equipamentos de climatização	7,69%	7.390	248	45	(1.569)	6.114
Máquinas e equipamentos	11,11%	14.510	3.892	(233)	(2.631)	15.538
Informática	25,00%	1.198	444	(275)	(709)	658
Veículos	20,00%	33	-	-	(9)	24
Móveis e utensílios	11,11%	7.308	30	474	(3.081)	4.731
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	21.703	1.566	146	(7.613)	15.802
Imobilizado Líquido		66.523	6.180	(654)	(17.615)	54.434

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

	Consolidado			
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		3.919	-	3.919
Prédios	7,14%	7.558	(4.561)	2.997
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.896	(25.571)	325
Equipamentos de energia	6,67%	48.159	(41.019)	7.140
Equipamentos de climatização	7,69%	48.156	(40.766)	7.390
Máquinas e equipamentos	11,11%	46.426	(31.916)	14.510
Informática	25,00%	481.845	(480.647)	1.198
Veículos	20,00%	3.611	(3.578)	33
Móveis e utensílios	11,11%	165.494	(158.186)	7.308
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	307.768	(286.065)	21.703
Imobilizado Líquido		1.138.832	(1.072.309)	66.523

Consolidado						
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2019	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	31/12/2020
Terrenos		3.919	-	-	-	3.919
Prédios	7,14%	3.552	-	(1)	(534)	2.997
Equipamentos de transmissão	20,00%	493	747	(754)	(161)	325
Equipamentos de energia	6,67%	8.314	127	(134)	(1.167)	7.140
Equipamentos de climatização	7,69%	8.882	1.637	(1.578)	(1.551)	7.390
Máquinas e equipamentos	11,11%	14.726	240	3.456	(3.912)	14.510
Informática	25,00%	3.008	17	(246)	(1.581)	1.198
Veículos	20,00%	19	512	(493)	(5)	33
Móveis e utensílios	11,11%	11.115	747	(737)	(3.817)	7.308
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	28.949	14	487	(7.747)	21.703
Imobilizado Líquido		82.957	4.041	-	(20.475)	66.523

Análise do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

10. Intangível

Controladora			
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada
			Líquido
Software	10,00%	402	(151)
Carteira de Clientes	20,00%	200.226	(83.231)
Ágio s/ Investimentos		320.613	-
Intangível Líquido		521.241	(83.382)

Controladora			
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2020	Depreciação
			31/12/2021
Software	10,00%	271	(20)
Carteira de Clientes	20,00%	157.658	(40.663)
Ágio s/ Investimentos		320.613	-
Intangível Líquido		478.542	(40.683)

Consolidado			
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada
			Líquido
Software	10,00%	649.506	(571.559)
Carteira de Clientes	20,00%	251.442	(134.447)
Ágio s/ Investimentos		600.418	(7.363)
Intangível Líquido		1.501.366	(713.369)

Consolidado					
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2020	Adições	Transferências / Baixas	Depreciação
					31/12/2021
Software	10,00%	105.867	621	1.913	(30.454)
Carteira de Clientes	20,00%	160.156	-	(1.913)	(41.248)
Ágio s/ Investimentos		600.418	-	(7.363)	-
Intangível Líquido		866.441	621	(7.363)	(71.702)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Controladora				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Software	10,00%	402	(131)	271
Carteira de Clientes	20,00%	200.226	(42.568)	157.658
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	320.613
Intangível Líquido		521.241	(42.699)	478.542

Controladora							
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2019	ETS Integração (jan/20)	Combinação de negócios (1.1)	Transferências / Baixas	Depreciação	31/12/2020
Software	10,00%	289	2	-	-	(20)	271
Carteira de Clientes	20,00%	-	149.769	50.457	-	(42.568)	157.658
Ágio s/ Investimentos		-	224.123	170.855	(74.365)	-	320.613
Intangível Líquido		289	373.894	221.312	(74.365)	(42.588)	478.542

Consolidado				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Software	10,00%	650.399	(544.532)	105.867
Carteira de Clientes	20,00%	246.021	(85.865)	160.156
Ágio s/ Investimentos		600.418	-	600.418
Intangível Líquido		1.496.838	(630.397)	866.441

Consolidado							
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2019	ETS Integração (jan/20)	Combinação de negócios (1.1)	Adições	Depreciação	31/12/2020
Software	10,00%	136.436	2	-	173	(30.744)	105.867
Carteira de Clientes	20,00%	6.153	149.769	50.457	-	(46.713)	160.156
Ágio s/ Investimentos		169.984	224.123	206.311	-	-	600.418
Intangível Líquido		312.573	373.894	257.258	173	(77.457)	866.441

Análise do valor recuperável de ativos

A Companhia possui saldos de ágio referentes a combinação de negócios realizada em 2020, a análise de recuperação desses ágios reconhecidos como ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para o período findo em 31 de dezembro de 2021, visto que o valor das projeções foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. A análise de recuperação é realizada anualmente.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

11. Direito de Uso

	Consolidado	
	Custo	Depreciação Acumulada
Edificações	191.490	(63.031)
Direito de uso Líquido	191.490	(63.031)

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Transferências / Baixas	Depreciação
Edificações	128.197	21.090	(490)	(20.338)
Direito de uso Líquido	128.197	21.090	(490)	(20.338)

	Consolidado	
	Custo	Depreciação Acumulada
Edificações	304.463	(176.266)
Direito de uso Líquido	304.463	(176.266)

	Consolidado				
	31/12/2019	ETS (integração jan/20)	Adições	Transferências / Baixas	Depreciação
Edificações	304.463	2.609	33.454	(153.831)	(24.768)
Direito de uso Líquido	304.463	2.609	33.454	(153.831)	(24.768)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	2.216	7.997	166.565	196.161
	2.216	7.997	166.565	196.161
Circulante	2.216	7.997	160.764	196.161
Não circulante	-	-	5.801	-

Contempla principalmente fornecedores de: benefícios a empregados, tecnologia da informação e manutenção de infraestrutura predial.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

13. Salários, encargos sociais e benefícios

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Salários e honorários	32.767	33.444
Provisões de férias	65.526	59.820
Encargos sociais (a)	173.790	95.307
Outros	31.340	6.542
	303.423	195.113

(a) As Contribuições previdenciárias, apesar de mantidas em provisão, são liquidadas mediante compensação com créditos, igualmente administrados pela RFB, quais sejam, as rubricas do sistema “S”, quando estes foram quitados com base de cálculo superior a 20 salários mínimos.

14. Tributos a recolher e parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS	3	51	51.664	47.684
CPRB	-	-	113.348	45.349
ISS	-	-	58.497	19.651
Parcelamentos fiscais	160	-	110.766	116.318
Outros tributos a recolher	16.741	16.369	27.405	22.050
	16.904	16.400	361.680	251.052
Circulante	16.904	16.400	268.362	143.451
Não circulante	-	20	93.318	107.601

Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos de longo prazo:

	Consolidado
2023	18.964
2024	17.731
2025	16.019
2026 em diante	40.603
Total não circulante	93.318

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo fiscal diferido	(8.579)	(625)	(145.878)	(43.616)
Passivo fiscal diferido	150.991	266.935	282.066	342.055
Passivo fiscal diferido, líquido	142.412	266.310	136.188	298.439

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, cujo saldo líquido do passivo diferido reflete principalmente o efeito fiscal sobre o ajuste da dívida financeira ao valor justo (Nota 16.1).

O saldo consolidado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.093.455 (R\$ 1.930.258 em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação do passivo fiscal diferido, líquido

	Controladora	Consolidado
Passivo fiscal diferido, líquido - 31.12.2020	266.310	298.439
Conversão de debêntures em ações - efeito fiscal sobre valor justo	(114.740)	(114.739)
Ativo fiscal diferido de prejuízos fiscais do exercício	(9.158)	(47.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.412	136.188

15.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(122.613)	(214.692)	(160.967)	(226.392)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	41.688	72.994	54.729	76.973
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	(25.978)	(47.426)	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	-	(7.217)	(65.273)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal não constituídos	(6.553)	(25.568)	-	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	9.158	-	47.512	11.700
Diferido	9.158	-	47.512	11.700
À alíquota efetiva de:	7,47%	-	29,52%	5,17%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

16. Debêntures, créditos do plano de reestruturação e empréstimos

O endividamento financeiro da Companhia e da controlada Liq Corp foi objeto de plano de recuperação extrajudicial, o qual foi protocolado em 30 de dezembro de 2019 e homologado pelo Poder Judiciário em 14 de julho de 2020 (Nota 1.3). A homologação foi suspensa em 14 de agosto de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo ocorrido a revogação da suspensão e o retorno dos efeitos da homologação em 27 de outubro de 2020.

Nos termos do plano, foram emitidas novas debêntures (7ª emissão) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representam as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures são apresentadas no quadro adiante:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Convertível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, que representam a possibilidade de conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

Em 03 de dezembro de 2020 foi concluída a troca das dívidas, momento em que as dívidas financeiras incluídas no Plano foram desreconhecidas para dar lugar à nova dívida da 7ª emissão, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS9) Instrumentos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta a movimentação de troca das dívidas na data de conclusão em 03 de dezembro de 2020 (valores nominais em milhares de reais):

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Empresa	Dívida	Data de emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Posição em	Dação das dívidas	IRRF	Adesão (*)	Posição em
					30/11/2020				03/12/2020
ATMA	1ª Emissão - 1ª série	15/12/2011	15/08/2030	CDI + 2,50%	11.814	(10.373)	(128)	(1.312)	
ATMA	1ª Emissão - 2ª série	15/12/2011	15/08/2030	IPCA + 7,884%	6.269	(4.566)	-	(1.703)	
ATMA	2ª Emissão - 1ª série	15/08/2012	15/05/2035	CDI + 2,50%	222.987	(208.484)	(14.436)	(67)	
ATMA	3ª Emissão - série única	29/08/2014	15/08/2030	CDI + 2,50%	15.299	(13.880)	-	(1.420)	
ATMA	5ª Emissão - 1ª série	20/03/2018	15/12/2027	CDI + 2,50%	453.902	(450.408)	(1.695)	(1.798)	
ATMA	5ª Emissão - 2ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	148.580	(148.488)	(92)	-	
ATMA	5ª Emissão - 3ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	100.575	(100.575)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 4ª série	20/03/2018	15/08/2035	CDI + 2,50%	77.352	(77.141)	-	(211)	
ATMA	ICD - Banco do Brasil	06/12/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	98.886	(98.886)	-	-	
LIQ Corp	TCD - Santander	11/07/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	135.446	-	-	(135.446)	
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					111.375
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					1.001.455
ATMA	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					332
ATMA	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					6.151
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					13.530
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					121.916
					1.271.111	(1.112.802)	(16.352)	(141.957)	1.254.759
Total com vencimento em 2025									125.237
Total com vencimento em 2038									1.129.522

(*) Representam os credores abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial que não optaram pelas novas debêntures, contudo, aplicam-se para esse grupo de credores as mesmas condições de remuneração, vencimento, pagamento e conversibilidade previstos no plano.

16.1. Debêntures e créditos do plano de reestruturação

A composição e movimentação das debêntures pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

		Data de						Encargos	Ajuste a valor	Conversão em	
Empresa	Emissão	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2020			financeiros	justo	ações	31/12/2021
ATMA	7º Emissão - 1º série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	66.025			10.496	4.660	(221)	80.960
ATMA	7º Emissão - 3º série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	20.614			3.672	(2.702)	(8.638)	12.946
					86.639			14.168	1.958	(8.859)	93.906
Circulante					0						20.132
Não circulante					86.639						73.774

Empresa	Emissão	Data de						Encargos	Ajuste a valor	Conversão em	
		Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2020	Captação	Amortização	financeiros	justo	ações	31/12/2021
ATMA	7º Emissão - 1º série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	66.025	-	-	10.496	4.660	(221)	80.960
ATMA	7º Emissão - 3º série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	20.614	-	-	3.672	(2.702)	(8.638)	12.946
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	8.757	-	-	1.414	599	-	10.770
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	3.082	-	-	678	(408)	-	3.352
ELFE	2º Emissão - 1º série	04/10/2018	04/10/2022	IPCA + 12%	14.789	-	(9.363)	1.583	-	-	7.009
ELFE	2º Emissão - 2º série	30/06/2021	01/07/2024	IPCA + 12%	-	15.000	-	1.838	-	-	16.838
					113.267	15.000	(9.363)	19.681	2.149	(8.859)	131.875
Circulante					9.163						46.658
Não circulante					104.103						85.217

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 15 de março de 2021 ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.934, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 1ª Série	330.119	1.978	333
7ª Emissão - 3ª Série	19.546.931	116.564	19.601
	19.877.050	118.542	19.934

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 315.974, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 3ª Série	314.307.149	1.860.970	315.974
	314.307.149	1.860.970	315.974

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 10.687, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 3ª Série	10.594.844	60.914	10.687
	10.594.844	60.914	10.687

O quadro a seguir apresenta as informações do valor justo e do valor nominal consolidado das debêntures em 31 de dezembro de 2021, que contempla a 7ª emissão, os créditos do plano e as debêntures da controlada Elfe:

	Consolidado 31/12/2021		
	7ª emissão e créditos do plano ATMA/Liq	Elfe	Total
Valor justo	108.028	23.847	131.875
Valor nominal	720.520	23.847	744.367

O valor justo das debêntures é uma estimativa dos seus fluxos de pagamento descontados a valor presente pela curva de juros CDlXPré + spread de risco de crédito.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O cronograma de vencimento das debêntures e créditos do plano está apresentado a seguir:

	Consolidado 31/12/2021					
	2022	2023	2024	2025	2038	Total
Valor justo	35.988	30.702	27.164	21.722	16.299	131.875
Valor nominal	25.316	31.186	40.175	48.554	599.136	744.367

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A escritura das debêntures da 7ª emissão da Companhia (ATMA e LIQ Corp) contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados nos trimestres encerrados em junho e dezembro. Adicionalmente, a escritura prevê que o descumprimento somente estará caracterizado desde que os índices exigidos deixem de ser observados por 2 (duas) apurações consecutivas ou 3 (três) alternadas.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 7ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA ex-contingências	Igual ou inferior a 3,00
EBITDA ex-contingências / Despesas financeiras, líquidas	Igual ou superior a 2,00

A escritura das debêntures da 2ª emissão de sua controlada ELFE contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados anualmente ao final de cada exercício. Os índices são avaliados pela Emissora e/ou da Controladora do grupo econômico da Emissora.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 2ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a:	
2018	Igual ou superior a 3,2
2019	Igual ou superior a 3,0
2020	Igual ou superior a 2,5
2021	Igual ou superior a 2,0

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada ELFE não atingiram índices financeiros mínimos para atendimento aos Covenants da 2ª emissão, a Companhia obteve waiver junto aos debenturistas em 25 de março de 2022. Conforme práticas contábeis em função do waiver ter sido obtido após 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 10.669 foi reclassificado do passivo não circulante para o circulante, apesar de não ocorrer antecipação de vencimentos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

16.2. Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Devedor / Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado				31/12/2021
			31/12/2020	Captações	Amortizações	Encargos financeiros	
ATMA							
CCB Sindicalizada	2021	160% CDI	21.327	-	(16.451)	507	5.383
CCB	2022	1,46% a.m.	-	8.990	-	527	9.517
LIQ CORP							
ICD Societé	2022	CDI+1,25 a.a.	2.997	-	(2.715)	158	440
ELFE							
Progridir - Petrobrás	2023	2,19% a.m.	34.702	46.817	(62.389)	20.310	39.440
			59.026	55.807	(81.555)	21.502	54.780
Circulante			53.274				47.749
Não circulante			5.752				7.031

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

	Consolidado		
	2022	2023	Total
Cronograma de vencimentos	47.749	7.031	54.780

17. Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais das controladas e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. A taxa de desconto vigente utilizada para cálculo do valor presente é de 16,17% anual em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato. Segue quadro com a movimentação em 31 de dezembro 2021:

Objeto do arrendamento	Consolidado				Juros incorridos	31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas	Pagamentos		
Edificações	142.543	21.014	(587)	(38.199)	21.480	146.251
Circulante	37.927					38.110
Não Circulante	104.616					108.141

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Consolidado	31/12/2021
2022	39.271
2023	36.539
2024	30.499
Acima de 3 anos	153.748
	260.057
Ajuste a valor presente	(113.806)
	146.251

18. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As ações são classificadas conforme a avaliação de probabilidade de perda dos processos entre os riscos de perda “provável”, “possível” ou “remota”. A provisão é registrada para processos com probabilidade de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

Natureza	Consolidado					
	Provável Com provisão		Possível Sem provisão		Depósitos judiciais	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Tributários	145.623	104.482	641.933	591.755	(197.219)	(188.381)
Trabalhistas	103.537	167.529	12.315	58.518	(152.949)	(153.212)
Cíveis	134	2.534	64.265	4.160	(835)	(835)
	249.294	274.545	718.513	654.423	(351.003)	(342.428)

A movimentação de depósitos judiciais no exercício de 2021 é demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Baixas	Atualização monetária	31/12/2021
Tributários	188.381	7.564	-	1.274	197.219
Trabalhistas	153.212	-	(263)	-	152.949
Cíveis	835	-	-	-	835
Total	342.428	7.564	(263)	1.274	351.003

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

18.1. Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões no exercício de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado				31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas / Reversões	Atualização monetária	
Tributários	104.482	46.930	(6.097)	308	145.623
Trabalhistas	167.529	35.718	(99.710)	-	103.537
Cíveis	2.534	-	(2.447)	47	134
Total	274.545	82.648	(108.254)	355	249.294

Natureza	Consolidado					31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas / Reversões	Combinação de negócios	Atualização monetária	
Tributários	60.781	302	(76)	42.612	863	104.482
Trabalhistas	141.287	41.575	(45.955)	21.757	8.865	167.529
Cíveis	1.473	272	(1.747)	2.403	133	2.534
Total	203.541	42.149	(47.778)	66.772	9.861	274.545

18.1.1 Tributários

As contingências de natureza tributária com risco provável referem-se principalmente à discussão sobre a inconstitucionalidade/ilegalidade do multiplicador FAP (Fator Acidentário de Prevenção) aplicado sobre o RAT na controlada LIQ Corp.

FAP (Fator acidentário de prevenção)

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bônus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho.

A LIQ Corp está questionando judicialmente a aplicação do multiplicador FAP, considerando que há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e a metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil com relação ao cálculo.

Em 11 de fevereiro de 2010 foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante correspondente ao multiplicador do FAP.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em setembro de 2015 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.327/2015 que alterou a sistemática de apuração do encargo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa.

Em 25 de abril de 2017 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.329/17 que excluiu o cômputo dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, o que resultou há época em uma reversão no saldo da provisão no montante de R\$ 22.156.

Em setembro de 2019 foi proferida sentença indeferindo o pedido de prova pericial e julgando improcedentes os pedidos. A LIQ Corp interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento.

18.1.2 Trabalhistas

As controladas da Companhia possuem diversos processos trabalhistas onde as principais discussões estão relacionadas às horas extras e remuneração variável. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução tanto do estoque de processos ativos como na quantidade de processos entrantes. A quantidade consolidada de processos trabalhistas ativos em 31 dezembro de 2021 é de 10.283 (13.163 em 31 dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor consolidado das provisões trabalhistas contabilizadas é de R\$ 103.537 (R\$ 167.529 em 31 de dezembro de 2020).

Em 2019 a controlada LIQ Corp obteve o deferimento de Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que compreende o Estado do Rio de Janeiro. O plano estabelece que todas as demandas ajuizadas até a referida data nas comarcas daquele Estado, e cujos valores de execução sejam superiores a R\$ 20 (vinte mil reais) somente serão liquidados através deste plano, o qual tem prazo de vigência de 72 meses, período pelo qual a LIQ Corp depositará valores mensais em conta judicial do Tribunal para ser aplicado na execução dos processos trabalhistas. O plano garante previsibilidade financeira, centraliza a execução em foro único, bem como suspende e evita penhoras e ordens de bloqueio de crédito em face da Companhia (nota 19).

18.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que, em sua grande maioria, envolvem discussões contratuais com provisão no montante de R\$ 134 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.534 em 31 de dezembro de 2020).

18.2. Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível com avaliações de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências classificadas com probabilidade de perda possível estão apresentadas a seguir:

18.2.1 Tributário e previdenciário

As controladas LIQ Corp e Elfe possuem processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos, tais como indeferimento de compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, PIS/COFINS sobre receita financeira, indeferimento de compensação com créditos de PIS/COFINS, Imposto sobre Serviços (ISS), incidência de FGTS sobre valores pagos a funcionários e Contribuição Previdenciária, que, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível.

- Em dezembro de 2013, a LIQ Corp foi autuada pelo fisco Municipal por entender que o recolhimento das alíquotas de ISS aplicáveis era de 5% (*serviços de cobrança*) e não de 2% (*serviços de telemarketing*), nos períodos entre dezembro/2008 e junho/2013, no valor aproximado de R\$ 30 milhões.

Adicionalmente, a fiscalização municipal também glosou parte dos abatimentos realizados pela LIQ Corp a título de doações para incentivos culturais (benefício fiscal concedido pelo Município), sob a alegação de falta de comprovação dos depósitos efetuados em favor dos produtores das atividades incentivadas. O auto de infração foi julgado procedente e a companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em dezembro/2016.

A companhia ajuizou a ação anulatória de débito fiscal na qual obteve tutela em setembro de 2017, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Em 18/11/2019 o Juiz nomeou o perito para realização da prova pericial contábil.

- Em abril de 2014, a companhia entrou com ação anulatória para cancelar autuação de FGTS sobre os pagamentos em dinheiro a título de vale-transporte. O processo teve sentença favorável em outubro de 2015, a qual foi revertida em 2ª instância no 4º trimestre de 2019, no valor aproximado de R\$ 72 milhões.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

- Em 2020, a companhia foi intimada da lavratura do auto de infração exigindo a contribuição adicional para custeio de aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de segurados empregados ao agente nocivo ruído com relação ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, no valor aproximado de R\$ 104 milhões.

A companhia apresentou impugnação, o julgamento foi convertido em diligência em novembro de 2020.

- Em dezembro de 2020, a controlada Elfe recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal (“CPP”) incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre jan/2016 a jul/2018, no valor aproximado de R\$ 65 milhões.

Apresentada manifestação de inconformidade no prazo legal, que aguarda julgamento.

RAT (Risco ambiental do trabalho)

A contribuição previdenciária sobre o RAT, incidente sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%) correspondentes a cada tipo de risco (baixo, médio e grave, respectivamente), devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidente ou doença do trabalho a que são expostos os empregados de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus empregados, os quais podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco efetivo de seus empregados, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017, a Companhia retificou o seu enquadramento, passando a aplicar a alíquota que concretamente refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, recuperando, assim, valores recolhidos a maior a tal título. Amparada por seus assessores jurídicos e respaldada por opiniões técnicas de especialistas renomados no mercado, a Companhia retificou o seu enquadramento em 2017 e 2018, passando a aplicar a alíquota que refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, requerendo, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em março de 2019, considerando os argumentos acima, a Companhia ajuizou ação judicial requerendo a aplicação a alíquota de 1% para o RAT somente a partir da data de ajuizamento da ação. A liminar foi deferida suspendendo a exigibilidade do RAT no que exceder à alíquota de 1%. A União interpôs agravo de instrumento contra a liminar, e em 06/06/2019 o tribunal atribuiu efeito suspensivo ao agravo, suspendendo os efeitos da liminar anteriormente concedida. A Companhia recorreu da decisão e aguarda o julgamento desse recurso contra a decisão que suspendeu a liminar.

18.2.2 Trabalhista

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores que montam R\$ 42.983 com avaliação de perda possível, o qual foi mensurado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, também são classificadas como perda possível, totalizando R\$ 17.346.

Sendo assim, os valores de perda possível somam o montante de R\$ 60.329, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 58.518 em 31 de dezembro de 2020).

18.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de obrigações contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 64.265 (R\$ 4.160 em 31 de dezembro de 2020).

19 Demais obrigações

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	-	58.526
Outras obrigações	55.899	1.589
	55.899	60.115
Circulante	44.056	18.322
Não circulante	11.843	41.793

Os valores classificados em outras obrigações se devem a valores da controlada LIQ Corp referentes ao Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que compreende o Estado do Rio de Janeiro.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

20 Transações e saldos com Partes Relacionadas

Todos os valores e demais condições das transações entre as partes relacionadas são determinados por acordos entre elas.

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações podem ser contraídos entre partes relacionadas oriundos de transferência de recursos financeiros de forma onerosa etc.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia e suas controladas com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Natureza	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não circulante					
Liq Corp S.A.	Mútuo (a)	171.676	44.359	-	-
Elfe	Mútuo (a)	(1.077)	104.790	-	-
Atma Financeira	Mútuo (a)	4.766	-	-	-
Cotistas FIP Nilai	Mútuo (b)	3.115	2.022	3.115	2.022
		178.480	151.171	3.115	2.022

- a) Valores relativos ao contrato de mútuo para cobertura dos gastos da Holding;
- b) Saldo referente à (i) contrato de mútuo realizado em 03 de maio de 2019 com a empresa Elfe, com remuneração a 130% do CDI, no valor de R\$2.035, e (ii) indenização a liquidar no valor de R\$1.080.

20.1 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2021 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

20.2 Remuneração dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores estatutários)

O total da despesa com remuneração e benefícios à Administração é apresentado a seguir para o exercício findo em 31 de dezembro:

	2021	2020
Salários/Honorários	4.209	4.325
Encargos (INSS)	279	331
Benefícios	164	472
	<u>4.652</u>	<u>5.128</u>

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O valor da remuneração total da Administração foi de R\$ 4.652, sendo o montante máximo aprovado de R\$ 5.875, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2021.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 1.419.403 (R\$ 1.072.808 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 26.710.356 ações ordinárias (24.669.930 em 31 de dezembro de 2020), escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o montante de R\$2.400.000, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias, conforme previsto em seu estatuto social.

21.2 Aumento de Capital

Em 06 de janeiro de 2020 foi efetivado o aumento de capital de R\$ 250.000, com a emissão de 20.644.095 ações ordinárias, em virtude da integração dos negócios da ETS Participações S.A. (Nota 1.1).

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 201.992 com a emissão de 1.210.987 ações ordinárias (Nota 16.1).

Em 15 de março de 2021 ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 19.934 com a emissão de 118.542 ações ordinárias (Nota 16.1).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 315.974 com a emissão de 1.860.970 ações ordinárias (Nota 16.1).

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 10.687 com a emissão de 60.914 ações ordinárias (Nota 16.1).

21.3 Ações - composição e movimentação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
FIP Nilai (Nota 21.2)	19.337.299	72,39	19.337.299	78,38
Demais acionistas	7.370.853	27,60	5.330.427	21,61
Total de ações ordinárias em circulação	26.708.152	99,99	24.667.726	99,99
Ações em tesouraria	2.204	0,01	2.204	0,01
Total de ações ordinárias	26.710.356	100%	24.669.930	100%

Movimentação de ações em circulação

	Quantidade de ações	
	2021	2020
Ações ordinárias em circulação em 1º de janeiro	24.667.726	2.812.644
Aumento de capital - integração da ETS	-	20.644.095
Aumento de capital - conversão de debêntures	2.040.426	1.210.987
Ações ordinárias em circulação em 31 de dezembro	26.708.152	24.667.726

Em 1º de julho de 2020 a Companhia obteve aprovação da Bolsa de Valores B3 para Tratamento Excepcional quanto ao percentual mínimo de ações em circulação (*“free float”*). O prazo concedido pela B3 para recomposição do *free float* foi até agosto/2021, o qual foi cumprido pela companhia em junho/2021.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

21.4 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação:

(i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; (ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 no passivo não circulante no valor de R\$ 13.198 se refere ao saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e que foram suspensos pela Assembleias Gerais da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016 devido à modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

Dividendos - procedimento arbitral

Em 02 de fevereiro de 2017 houve a instalação de procedimento arbitral por parte de determinados ex-acionistas que reclamaram o recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 30 de abril de 2015, cujos pagamentos foram suspensos pelas Assembleias de Acionistas da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de novembro de 2016. Em 21 de novembro de 2019 foi proferida sentença procedente a esse grupo de ex-acionistas reconhecendo o direito aos dividendos. A ação de cumprimento de sentença arbitral foi distribuída em dezembro de 2019 perante a 20ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia firmou acordo judicial no âmbito da ação de cumprimento de sentença arbitral com o referido grupo de ex-acionistas. O saldo foi liquidado durante o exercício de 2021.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2021	2020
Receita operacional bruta	1.195.599	1.077.222
Tributos sobre as receitas		
Pis/Cofins	(57.604)	(56.355)
CPRB	(41.037)	(36.251)
ISS	(35.956)	(33.305)
ICMS	(579)	(702)
Abatimentos da receita	(12.147)	(5.836)
Receita operacional líquida	1.048.276	944.773

23 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

23.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2021	2020
Salários, encargos e benefícios	(802.837)	(751.389)
Infraestrutura e serviços	(100.224)	(110.887)
Materiais	(12.573)	(15.408)
Depreciação e amortização	(43.269)	(50.018)
	(958.903)	(927.702)

23.2 Despesas Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários, encargos e benefícios	(1.659)	(1.896)	(44.616)	(40.168)
Serviços de terceiros	537	(271)	(40.065)	(40.258)
Materiais	-	-	(1.099)	(446)
Depreciação e amortização	(20)	(40)	(25.847)	(25.964)
	(1.142)	(2.207)	(111.627)	(106.836)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

24 Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Reversão para Contingências	-	-	51.015	-
Despesas recuperadas	-	-	11.085	15.965
Venda de imobilizado	-	-	53	4.243
Outras	-	-	-	498
	-	-	62.153	20.706
Despesas				
Contencioso judicial, líquido de provisões e reversões	(22)	1.035	(90.903)	(41.490)
Reversão (baixa) de depósitos judiciais	-	-	-	10.383
Amortização intangível carteira de clientes	(40.663)	(28.095)	(40.663)	(46.713)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	(2.553)	-
Baixa de investimento - LIQ Argentina	-	-	(16.525)	-
Outras	(212)	(324)	(1.820)	(924)
	(40.897)	(27.384)	(117.881)	(78.744)
	(40.897)	(27.384)	(90.311)	(58.038)

25 Receitas (despesas) financeiras líquidas

25.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	15	189
Juros e atualizações sobre outros ativos	210	383	2.503	10.220
Atualização monetária de ativos	-	-	5.061	-
	210	383	7.579	10.409

25.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(3.719)	(50.813)	(19.681)	(55.213)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	(507)	5.454	(21.502)	30.055
Juros e atualização de contingências (Nota 18)	(153)	(127)	(1.629)	(4.688)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)	-	-	(21.480)	(17.109)
Juros e variações monetárias e cambial	-	(124)	-	(35.964)
Atualização financeira de passivos fiscais	-	-	(13.082)	-
IOF sobre mútuos (Nota 20)	-	-	(6.474)	-
Outras despesas financeiras, líquidas	-	(385)	(6.716)	(6.079)
	(4.379)	(45.995)	(90.564)	(88.998)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

26 Resultado por ação

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do período	(148.038)	(214.692)
Número médio ponderado de ações		
Básico	26.710.356	23.456.739
Diluído	26.710.356	23.456.739
Prejuízo por ação:		
Básico	(5,5423)	(9,1527)
Diluído	(5,5423)	(9,1527)

27 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais; com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atendimento a clientes” e “Manutenção”.

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Receitas			
Receita operacional bruta	815.380	380.219	1.195.599
Tributos e deduções sobre as receitas	(74.663)	(72.660)	(147.323)
Receita operacional líquida	740.717	307.559	1.048.276
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(555.649)	(222.187)	(777.836)
Infraestrutura e serviços	(63.949)	(35.742)	(99.691)
Materiais	(1.296)	(11.277)	(12.573)
Depreciação e amortização	(40.757)	(3.045)	(43.802)
Total dos custos	(661.651)	(272.251)	(933.902)
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(55.343)	(12.614)	(67.957)
Serviços de terceiros	(21.467)	(19.135)	(40.602)
Materiais	(722)	(377)	(1.099)
Depreciação e amortização	(24.720)	(1.107)	(25.827)
Total das despesas	(102.252)	(33.233)	(135.485)
Resultado operacional	(23.186)	2.075	(21.111)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	-	-
Depósitos judiciais	17.146	17.146	16.993	16.993
Demais ativos	-	-	182	182
Passivos				
Fornecedores	(2.216)	(2.216)	(7.997)	(7.997)
Debêntures	(93.906)	(93.906)	(86.639)	(86.639)
Empréstimos e financiamentos	(5.383)	(5.383)	(21.327)	(21.327)
Partes relacionadas	(187.997)	(187.997)	(151.171)	(151.171)
Demais obrigações	(5.014)	(5.014)	(92)	(92)
	<u>(277.362)</u>	<u>(277.362)</u>	<u>(250.051)</u>	<u>(250.051)</u>

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	26.908	26.908	53.903	53.903
Contas a receber	188.115	188.115	199.576	199.576
Contratos em garantia	31.640	31.640	17.460	17.460
Depósitos judiciais	351.003	351.003	342.428	342.428
Demais ativos	90.100	90.100	49.019	49.019
Passivos				
Fornecedores	(166.565)	(166.565)	(196.161)	(196.161)
Debêntures	(131.875)	(131.875)	(113.266)	(113.266)
Empréstimos e financiamentos	(54.780)	(54.780)	(59.026)	(59.026)
Passivo de arrendamento	(146.251)	(146.251)	(142.543)	(142.543)
Partes relacionadas	(3.115)	(3.115)	(2.022)	(2.022)
Demais obrigações	(55.899)	(55.899)	(60.115)	(60.115)
	<u>129.281</u>	<u>129.281</u>	<u>89.253</u>	<u>89.253</u>

28.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

28.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras de primeira linha.

28.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2021. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Controladora						
31/12/2021						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Empréstimos	(14.900)	Aumento CDI	2,85%	(15.325)	(15.430)	(15.538)
Debêntures	(93.906)	Aumento CDI	2,85%	(96.582)	(97.251)	(97.920)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(3.101)	(3.875)	(4.652)
Consolidado						
31/12/2021						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	26.908	Queda CDI	2,85%	27.675	27.867	28.058
Empréstimos	(54.780)	Aumento CDI	2,85%	(56.341)	(56.732)	(57.122)
Debêntures	(131.875)	Aumento CDI	2,85%	(135.663)	(136.573)	(137.513)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(4.553)	(5.691)	(6.829)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

28.4 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

Controladora						
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8	-	-	-
Depósitos judiciais	17.146	-	17.146	16.993	-	16.993
Demais ativos	-	-	-	182	-	182
Passivos						
Fornecedores	(2.216)	-	(2.216)	(7.997)	-	(7.997)
Debêntures	(93.906)	-	(93.906)	-	(86.639)	(86.639)
Empréstimos e financiamentos	(14.900)	-	(14.900)	(21.327)	-	(21.327)
Partes relacionadas	(187.997)	-	(187.997)	(151.171)	-	(151.171)
Demais obrigações	(5.014)	-	(5.014)	(92)	-	(92)
	<u>(286.879)</u>	<u>-</u>	<u>(286.879)</u>	<u>(163.412)</u>	<u>(86.639)</u>	<u>(250.051)</u>

Consolidado						
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	26.908	-	26.908	53.903	-	53.903
Contas a receber	188.115	-	188.115	199.576	-	199.576
Contratos em garantia	31.640	-	31.640	17.460	-	17.460
Depósitos judiciais	351.003	-	351.003	342.428	-	342.428
Demais ativos	90.100	-	90.100	49.019	-	49.019
Passivos						
Fornecedores	(166.565)	-	(166.565)	(196.161)	-	(196.161)
Debêntures	(131.875)	-	(131.875)	(14.789)	(98.477)	(113.266)
Empréstimos e financiamentos	(54.780)	-	(54.780)	(59.026)	-	(59.026)
Passivo de arrendamento	(146.251)	-	(146.251)	(142.543)	-	(142.543)
Partes relacionadas	(3.115)	-	(3.115)	(2.022)	-	(2.022)
Demais obrigações	(55.899)	-	(55.899)	(60.115)	-	(60.115)
	<u>129.281</u>	<u>-</u>	<u>129.281</u>	<u>187.730</u>	<u>(98.477)</u>	<u>89.253</u>

28.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM no 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.

Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- **Nível 3** – instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

Com base nessa conceituação, o valor justo das debêntures foi definido através do cálculo de fluxos de caixa descontados, considerando taxas referenciais da B3 de swap Pré x CDI e de Pré x TR, sendo classificado na categoria nível 2.

29 Cobertura de Seguros

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia. As necessidades de cobertura da Companhia são revisadas periodicamente.

As coberturas de seguros da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

Natureza das coberturas	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil de diretores e administradores	160.000
Patrimonial	258.132
Responsabilidade civil geral	29.983

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Diretoria Executiva

André Felipe Rosado França	Diretor Presidente
Luciano Bressan	Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Conselho de Administração

Gustavo Fleichman	Presidente
Mauro Antonio Cerchiari	Vice-Presidente
Fernando Perez Ruiz	Conselheiro
Norair Ferreira do Carmo	Conselheiro
André Felipe Rosado França	Conselheiro

Conselho Fiscal

Marcelo Yugue	Presidente
José Armando Lins Figueira	Conselheiro
Felipe Roberto Grzyb Gibson Oliveira	Conselheiro

Rodrigo Santana Canhiçares
Gerente Contábil
Contador - CRC 1SP257861/O-9

* * *